

RESGATE E MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO DE AFRODESCENDENTES NO ENSINO SUPERIOR NOS CEFET DA REGIÃO NORTE E NORDESTE – IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

H. S. C. ROCHA

Diretoria de Ensino Superior – CEFET-PA
Av. Almirante Barroso, 1155 Marco CEP 66.000-000 Belém-PA
E-mail: helenacefetpa@yahoo.com.br

S. R. S. DUARTE

Coordenação de Educação – CEFET-PA
Av. Almirante Barroso, 1155 Marco CEP 66.000-000 Belém-PA
E-mail: sreginaduarte@uol.com.br

A. C. R. FERREIRA

Bolsista de Administração do PROJETO PICEFET-PA – ESMAC-PA
Cidade Nova VIII, Estrada da Providência, 10 Coqueiro CEP 67.110-000 Ananindeua-PA
E-mail: angelcefe@yahoo.com.br

RESUMO

Este Projeto visa atender aos propósitos expressos na Indicação CNE/CP 06/2002, regulamentar a alteração trazida à LDB 9394/96, pela Lei 10.639/2003. Consta de um mapeamento da exclusão étnico-racial nos CEFET da região norte e nordeste com o apoio da REDENET e do CONCEFET, com vistas a um estudo aprofundado do sistema de cotas na educação profissional. Fazem parte das ações um curso de formação continuada e, ao mesmo tempo, um acompanhamento dos estudantes afrodescendentes do ensino médio na instituição no ano letivo de 2006. No âmbito da comunidade predomina a idéia de que as vagas dos CEFET são preenchidas, em sua maioria, por alunos da cor branca, procedentes das escolas particulares e cujas famílias pertencem às classes média e alta. É comum a afirmação de que “o CEFET é uma instituição elitizada” e que não atende à sua verdadeira demanda na condição de instituição pública e gratuita. Com esta pesquisa, a instituição pretende contribuir para que a comunidade acadêmica e a sociedade civil tome conhecimento dos números que mostram a realidade da instituição. Estes dados poderão ou não confirmar a visão de “instituição elitista” que os CEFET têm sustentado. O Governo atual, através do Ministério da Educação, desencadeou um amplo processo de discussão, diante da demanda dos diversos setores da sociedade civil organizada, onde ficou constatado que o racismo tem estado presente nas universidades públicas brasileiras. Por conseguinte, o MEC tem acenado positivamente junto às iniciativas dos CEFET que se mostrem dispostas a adotar políticas de cotas e outras medidas de ações afirmativas nas instituições públicas de ensino superior. Espera-se a construção de novos conhecimentos de Formação Cultural e étnica; Aquisição de novos valores que contribuam para a auto-estima, como forma de estimular a criação de dispositivos de combates raciais. O projeto está sendo executado pelo NEAB-CEFET-PA.

Palavras-chave: Exclusão; educação profissional, inclusão, afrodescendentes, acesso.

1. INTRODUÇÃO

A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber e os que executavam tarefas manuais (aqui entendido como ensino profissional). Ao trabalho, freqüentemente associado ao esforço manual e físico, acabou se agregando ainda a idéia de sofrimento. Aliás, etimologicamente o termo trabalho tem sua origem associada ao “tripalium”, instrumento usado para tortura.

A herança colonial do Brasil escravista influenciou preconceituosamente as relações sociais e a visão da sociedade sobre a educação e a formação profissional. O desenvolvimento intelectual, proporcionado pela escola propedêutica, era visto como desnecessário para a maior parcela da população e para a formação de “mão-de-obra”. Não se reconhecia vínculo entre educação escolar e trabalho, pois a atividade econômica predominante não requeria educação formal ou profissional.

O saber, transmitido de forma sistemática através da escola, e sua universalização, só foi incorporado aos direitos sociais dos cidadãos bem recentemente, já no século XX, quando se passou a considerar como condições básicas para o exercício da cidadania a educação, a saúde, o bem-estar econômico e a profissionalização.

A educação profissional, particularmente, situa-se na conjunção do direito à educação e do direito ao trabalho. Se for eficaz para aumentar a laborabilidade contribui para a inserção bem-sucedida no mercado de trabalho, ainda que não tenha poder, por si só, para gerar emprego.

Entre todos os direitos humanos, a educação profissional está assim convocada a contribuir na Universalização talvez mais importante: aquele cujo exercício permite às pessoas ganhar sua própria subsistência e com isso alcançar dignidade, auto-respeito e reconhecimento social como seres produtivos. O direito de todos à educação para o trabalho é por esta razão o principal eixo da política da igualdade como princípio orientador da educação profissional.

Para não ser apenas formal, esse direito deve concretizar-se em situações e meios de aprendizagem eficientes, que assegurem a todos a constituição de competências laboriais relevantes, num mundo do trabalho cada vez mais competitivo e em permanente mutação. Isso requer que a educação profissional incorpore o princípio da diversidade na sua organização pedagógica e curricular.

Com base nos números da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNDA) de 1998, Hasenbalg e Silva (2000) apontaram para o fato de que a elevação na escolarização média da população brasileira não vem equivalendo, na mesma proporção, à redução das desigualdades entre negros e brancos. Para os autores, a expansão educacional ocorrida no país nas últimas décadas, na mesma medida que tende para a universalização do ensino no nível fundamental, desloca para os níveis de ensino médio e superior as desigualdades educacionais entre os grupos raciais.

A pesquisa centra-se nos CEFET da região Norte e Nordeste, ao todo são treze e busca perceber em operação os mecanismos de reprodução das desigualdades raciais geradas pelo sistema de seleção adotado na maior parte das instituições públicas de ensino brasileiras e que parece compor um relevante fator para a manutenção do quadro histórico de disparidades raciais no campo educacional como já indicado por outras pesquisas. Busca também, atender aos propósitos que asseguram o direito de igualdade de condições de vida e cidadania aos afrodescendentes servindo de estimulador de dispositivos que apontem para a necessidade de diretrizes que orientem para a criação de espaços que formem sujeitos éticos, solidários e justos para combater a desvalorização de negros na sociedade.

De forma específica busca mapear a exclusão sócio-étnico-racial nos CEFET no norte e nordeste do país; promover curso de formação continuada em história do Negro no Brasil e desenvolver um programa de acompanhamento de estudantes afrodescendentes do ensino médio

no CEFET-PA por grupos de alunos das Licenciaturas da instituição. O Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB) recentemente criado no CEFET-PA é encarregado da execução da pesquisa.

2. O NEAB NO CEFET-PA

O NEAB-CEFET-PA surgiu através de questionamentos na instituição acerca da quantidade de afro-descendentes que ingressavam no CEFET-PA, no ensino médio (técnico) e superior (Licenciaturas e Tecnologias) como uma tentativa de construção de um plano de ingresso mais justo para as minorias étnicas desfavorecidas, no ano de 2005 e foi legalmente instituído através de Portaria da Direção Geral. A partir do exposto, pretendemos contribuir para debates sobre a ampliação da democratização de acesso no âmbito do CEFET-PA, sinalizando seu empenho institucional, com responsabilidade, com a inclusão social e excelência acadêmica, por meio das ações e políticas acima elencadas e aprovadas.

O grupo é composto de docentes que se auto-afirmam negros sendo: 1 doutor em Engenharia Elétrica, 1 Doutorando em Psicologia Experimental, 1 mestre em Química e 4 especialistas.

Apontamos, ainda, a necessidade de compromisso do poder público com o apoio a iniciativas que caminhem na direção de um ensino de qualidade e não apenas para medidas imediatistas e conjunturais, que pouco poderão contribuir para a reversão do quadro injusto e preconceituoso que impera na educação brasileira.

3. O NEGRO NOS CEFET

No âmbito da comunidade predomina a idéia de que as vagas dos CEFET são preenchidas, em sua maioria, por alunos da cor branca, procedentes das escolas particulares e cujas famílias pertencem às classes média e alta. É comum a afirmação de que “o CEFET é uma instituição elitizada” e que não atende à sua verdadeira demanda na condição de instituição pública e gratuita. Com este documento, a instituição pretende contribuir para que a comunidade acadêmica e a sociedade civil tome conhecimento dos números que mostram a realidade da instituição. Estes dados poderão ou não confirmar a visão de “instituição elitista” que os CEFET têm sustentado.

O Governo atual, através do Ministério da Educação, desencadeou um amplo processo de discussão, diante da demanda dos diversos setores da sociedade civil organizada, onde ficou constatado que o racismo tem estado presente nas universidades públicas brasileiras. Por conseguinte, o MEC tem acenado positivamente junto às iniciativas de instituições de educação superior que se mostrem dispostas a adotar políticas de cotas e outras medidas de ações afirmativas para promover o acesso de negros às instituições públicas de ensino superior.

No bojo dessa discussão, o CEFET-PA, em 2005, acenou com a possibilidade de investir em políticas de ações afirmativas para negros, índios, índio-descendentes, portadores de necessidades educacionais especiais e estudantes provenientes das escolas públicas através do Projeto Vestibular Solidário. Além de sempre ter concedido o benefício da isenção de taxas no seu processo seletivo aos candidatos que comprovem que não possuem condições financeiras para o pagamento das mesmas. Atualmente foi aprovado através de convênio com a UNESCO e o Banco Mundial o PICEFET (Projeto Inovador de Curso do CEFET-PA), cujo objetivo é contribuir com as políticas afirmativas do Governo Federal para o ingresso de afro-descendentes, índio-descendentes e estudantes carentes) aos cursos superiores tanto do CEFET-PA quanto de

outras instituições de ensino superior do Pará. Enfim, é importante ressaltar que esta instituição tem envidado esforços no sentido de criar mecanismos que facilitem o acesso e a permanência de todos a esta instituição, procurando respeitar e valorizar a diversidade.

Sabemos da existência de uma diferenciação da presença do negro em todos os níveis educacionais, e percebe-se um agravamento quando o objeto de análise passa a ser o ensino superior. Estes estudos sobre o negro no ensino superior são muito recentes, e isso Guimarães (2003) nos apresenta de forma clara quando diz que:

O problema de acesso do negro brasileiro às universidades é também um problema de sua ausência nas estatísticas universitárias. Até dois anos atrás (2000), não havia em nenhuma universidade pública brasileira registro sobre a identidade racial ou de cor de seus alunos. Só quando a demanda por ações afirmativas para a educação superior fez-se sentir é que surgiram as primeiras iniciativas, na forma de censos e de pesquisas por amostra, para sanar tal deficiência. (p.256).

No que se refere ao ensino superior o autor aponta que 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na universidade, contrapondo-se aos 98% de jovens negros na mesma faixa de idade, que não dispõem do direito de acesso à universidade.

Visto que a maior parte dos alunos negros ficam restritos no ensino básico por repetência, e evasão muitas vezes para ingressar no mercado de trabalho. Justifica-se a relevância desse estudo ao compreender a presença do negro na educação profissional e, principalmente nos CEFET, que em um determinado momento histórico foram criados para a população desfavorecida e que, ao longo de sua história, tornaram-se instituições de ensino elitizadas.

O contexto escolar carrega dentro de si os elementos que permitem a exclusão mesmo com aparência de inclusão, pois desloca para a seara da competência situações que são estruturais e intrínsecas à nova lógica de funcionamento do próprio sistema.

Chama-se, atenção, aqui, para que o termo exclusão seja concebido como expressão das contradições do sistema capitalista e não como estado de fatalidade. E é preciso vivenciar a contradição que se expressa na exclusão, desenvolvendo algum nível de consciência da contradição que se vive ao agir. (VERÁS, 2002, p. 38)

Na sociedade capitalista a discussão sobre inclusão/exclusão adquire uma dimensão político-social que não articula a concepção de igualdade presente nos ideários da revolução francesa. Todavia, contraditoriamente, a dinâmica de funcionamento desta sociedade tem no preceito da desigualdade um de seus fundamentos e não no da igualdade, que foi mito do liberalismo burguês. A discussão sobre exclusão dentro desse marco é quase uma veleidade, mas é fundamental perceber as artimanhas desse processo para possibilitar compreender a complexidade e contraditoriedade dessa discussão, que, muitas vezes, se transforma aparentemente no seu oposto, a inclusão.

(...) a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatido como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. (SAWAIA, 2002, p.9)

Os meandros da sociedade e suas formas específicas de articular o processo de exclusão em suas diferentes dimensões podem redesenhar, dentro dos marcos do próprio sistema, possibilidades concretas de avançar na melhoria da qualidade de vida para os excluídos.

A democratização do ensino pode ser entendida como uma forma específica do poder público responder à exclusão das crianças na escola. O momento atual coloca, para a escola, que o desafio da superação da exclusão se encontra na relação ensino/aprendizagem, passando

obrigatoriamente pela aquisição do conhecimento historicamente sistematizado, que será socializado pelos professores no processo de ensino/aprendizagem.

No Brasil a dimensão da exclusão racial se expressa de forma velada na pobreza econômica vivenciada a cada dia como condição natural do processo social. No entanto, ela só pode ser compreendida enquanto um processo articulado e amplo de uma sociedade profundamente desigual e que precisa ser desmistificada como condição primordial de sua superação.

4. O PROJETO UNIAFRO NO CEFET-PA

O UNIAFRO - Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior visa apoiar e incentivar o fortalecimento e a institucionalização das atividades dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros-NEABs ou grupos correlatos das Instituições Públicas de Educação Superior, contribuindo para a implementação de políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra.

Objetiva apoiar propostas desenvolvidas pelos NEABs e grupos correlatos que visem a articular a produção e difusão de conhecimento sobre a temática étnico-racial e o acesso e permanência da população afro-brasileira no ensino superior de modo a: Incentivar ações de mobilização e sensibilização de instituições de ensino superior com vistas à implementação de políticas de ações afirmativas; Contribuir para a formação de estudantes afro-brasileiros nas instituições de Educação Superior, em especial as que adotam sistema de reserva de vagas. Estimular a integração das ações de implantação das diretrizes curriculares étnico-raciais, conforme o Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução CNE/001/2004, em todos os níveis de ensino.

O CEFET-PA é a única instituição da região norte contemplada com o financiamento do MEC/SESU. A área de abrangência da presente proposta é a região norte e nordeste, mais precisamente os CEFET – CENTRO DEFERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, que atuam na educação profissional a nível médio e técnico e também na educação superior através da oferta de Licenciaturas e cursos de Tecnologia. Ao todo se constituem de 12 CEFET na região de abrangência: Alagoas, Amazonas, Pará, Bahia, Roraima, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Segundo o censo escolar 2005, na educação profissional o número de brancos matriculados é significativamente maior do que o de negros. A iniciativa do INEP de incluir o quesito cor no censo deste ano está de acordo com as ações que o Governo Federal se comprometeu a adotar em função de reivindicações do Movimento Negro.

Além disso, o próprio CEFET-PA é uma área onde pretende-se realizar duas outras ações mais específicas: Promover curso de formação continuada em história do Negro no Brasil e desenvolver um programa de acompanhamento de estudantes afrodescendentes do ensino médio no CEFET-PA por grupos de alunos das Licenciaturas da instituição. Dessa forma, o público alvo na formação continuada serão docentes e técnico-administrativos do CEFET-PA (100) e os alunos negros do ensino médio e técnico do CEFET-PA que serão acompanhados durante o ano letivo de 2006 a fim de radiografarmos os índices de ingresso nos cursos superiores.

A última avaliação institucional realizada no CEFET-PA aponta um percentual de 40% de alunos negros no ensino médio advindos de famílias carentes e de bairros de periferia localizados na região metropolitana de Belém.

Como o CEFET-PA atua com nível médio e técnico, estaremos averiguando como se dará a inserção de negros na educação superior através de acompanhamento dos mesmos na rede federal de ensino a nível de norte e nordeste e, para isso, contamos com o apoio da REDENET e

do CONCEFET através de criação de um GT entre os dirigentes dessas instituições alvo da pesquisa e também de articulação no mapeamento proposto, a fim de avançarmos na proposição do sistema de cotas nos CEFET baseados em estudos empíricos e dados consistentes.

A pesquisa encontra-se em andamento desde julho de 2006 com a preparação de questionário fechado que está sendo encaminhado aos 12 CEFET elencados acima. No que tange ao CEFET-PA está sendo aplicado um questionário à totalidade de alunos matriculados na instituição.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Estudos como o de Rocha (2006) pretendeu, com a elaboração deste documento, informar à comunidade acadêmica e a sociedade paraense, em geral, sobre as principais características sociais e econômicas que formam o perfil dos pleiteantes a uma das concorridas vagas no CEFET-PA. Para tanto, foram consideradas as respostas dadas pelos candidatos por meio do questionário sócio-econômico quando da inscrição no processo seletivo.

A análise dos dados veio ratificar algumas impressões da sociedade em relação ao perfil daqueles que ingressam na instituição pela via do vestibular. Assim, a idéia de que os cursos mais concorridos têm preenchido a maioria de suas vagas com pessoas da cor branca, oriundos das escolas particulares e com renda familiar superior a dez salários mínimos foi amplamente confirmada.

A realidade dos dados obtidos por meio do questionário mostrou também que o perfil dos candidatos que ingressam nos cursos menos concorridos e, portanto, de menor prestígio social, é bem diferente do exposto acima. Nestes, a maioria dos ingressantes se auto-declararam de outras raças, concluíram o ensino médio com exclusividade em escolas da rede pública e são oriundos de famílias com renda inferior a dez salários mínimos.

A análise fria dos números, no entanto, veio refutar algumas “verdades” tidas como incontestáveis. Um claro exemplo disso é a idéia amplamente difundida na sociedade de que a maioria dos estudantes do CEFET-PA são oriundos de famílias com alto poder aquisitivo. Os dados apresentados indicaram que, do total de inscritos, 44% declararam ter renda familiar entre 3 a 5 salários mínimos, 36% de 1 a 2 salários mínimos, 11% possuem entre 6 a 10 salários mínimos, 4% apontam renda menor que 1 salário mínimo, e que apenas 3% apresentaram renda maior que 10 salários mínimos, em média. Mostram os dados, ainda, que em média, dos classificados 47% declararam ter renda entre 3 e 5 salários mínimos, 23% entre 1 a 2 salários mínimos, 22% entre 6 a 10 salários mínimos, 6% apresentou renda de mais de 10 salários e 1% menor que 1 salário mínimo.

Estes resultados refutam os argumentos daqueles que defendem a privatização das instituições de ensino superior públicas, alegando que estas atendem apenas aos indivíduos situados entre os 10% mais ricos da população.

Quanto às políticas afirmativas para a educação superior, o que os dados apresentados indicam é que os processos seletivos para esse nível de ensino têm funcionado como um filtro étnico (que exclui os afrodescendentes e indígenas) e socioeconômico (que exclui os pobres e portadores de necessidades educacionais especiais), e que, portanto, não estão ingressando nas universidades os “mais capazes”, como define a Constituição, mas os mais bem treinados. A introdução de políticas afirmativas, em especial se adotada nos cursos mais concorridos, trará um novo perfil de aluno que, se é carente em uma série de conteúdos cobrados no vestibular (e que geralmente são desconsiderados posteriormente nos cursos de graduação), é rico em outros, decorrentes de um maior conhecimento do país real, aquele onde vive a maioria da população, o

que trará um ganho de qualidade às instituições de educação superior, sem falar daqueles advindos de uma composição social mais diversificada.

Além disso, essa medida, com certeza, terá um impacto muito positivo sobre a qualidade da educação básica, pois trará de volta para a escola pública muitos segmentos que a abandonaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: ed.34, 2003.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HASENBALG. & SILVA, Nelson do Valle. “Tendências da desigualdade Educacional no Brasil”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Vol. 43, nº 3, 2000.

ROCHA, Helena do S. C. **Relatório Desempenho Vestibular 2006** – CEFET-PA. Mimeo. 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Relações Raciais e rendimento escolar. In: Raça negra e educação, **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo (63), 19-24, Novembro. Fundação Carlos Chagas. SP. 1987.

SAWAIA, Bader. (org.) **As armadilhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis. Vozes 2002.

VERÁS, Maura Pardini Bicudo. Exclusão social – Um problema de 500 anos. In: SAWAIA, Bader. (org.) **As armadilhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis. Vozes 2002.